

A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Lemuel Guerra*

RESUMO

Tomando como referência uma crítica comum de que falta a artigos, monografias, dissertações e teses produzidas no campo das Ciências Sociais uma base ou uma perspectiva teórica consistente, apontando-se frequentemente o isolamento das seções a elas dedicadas e sua subutilização nas seções de análise de dados, este ensaio tem como objetivo discutir algumas definições de teoria e de teorização, bem como suas relações com a pesquisa nas ciências sociais, apresentando conceitos básicos a respeito da temática e uma tipologia, ao mesmo tempo em que fazemos sugestões de como usar a teoria nas nossas atividades cotidianas de pesquisadores.

Palavras-chave: Teoria; Pesquisa; Metateoria.

RELATIONS BETWEEN THEORY AND RESEARCH IN SOCIAL SCIENCES

ABSTRACT

Referring to the common criticism of lacking of a consistent theoretical basis or perspective in articles, undergraduate monographs, dissertations and PhD Thesis in the Social Sciences field and that in those kinds of works often we see sections dedicated to theory which seem to be more formal tasks than the presentation and use of Data analysis tools, we aim in this essay discussing some definitions of Theory and Theorization, as well their relationship with research in Social Sciences. We do present basic concepts on the theme, the types of theories/theorization, also suggesting ways in which we can use theories in our daily researchers activities.

Key Words: Theory; Research; Metatheory

INTRODUÇÃO

A escolha e o estabelecimento claro dos conceitos são absolutamente cruciais na prática da pesquisa científica. Este texto tem como objetivo principal discutir o papel da conceitualização e da teoria na metodologia das ciências sociais.

Sempre dizemos aos estudantes de graduação que estão escrevendo seus projetos de pesquisa que devem partir da teoria. Todavia, enquanto orientadores, frequentemente falhamos em explicar o que isso significa. Por que as teorias são necessárias? Como elas devem ser usadas na prática? Não é difícil encontrar trabalhos acadêmicos (mesmo as teses) que contêm excessivamente longas citações de teorias, mesmo os capítulos *teóricos*, sem nenhuma ligação com a análise dos dados coletados. Para alguns estudantes, talvez a maioria deles, a *teoria* é algo que eles precisam colocar para satisfazer o que é visto como uma formalidade acadêmica, sendo visto como o que faz o trabalho se tornar *chato* de ler, especialmente para quem é de fora da academia.

Se, todavia, aprendermos a integrar a teorização com todas as outras partes da pesquisa de um modo útil, a fundamentação teórica poderá contribuir para a construção de novos conhecimentos e interpretações, fazendo de nossos relatórios de pesquisa peças de leitura interessante e provocativa tanto para nossos examinadores quanto para os futuros leitores. Produzir textos resultantes de nossas pesquisas que sejam prazerosos e instigantes é uma das tarefas mais importantes e desafiadoras da prática científica, não devendo nunca ser subestimada, sendo um dos principais elementos definidores da qualidade de um relatório de pesquisa a habilidade que o autor tem de apli-

car com brilho os conceitos teóricos escolhidos. O objetivo deste texto é demonstrar como as teorias podem ser usadas na pesquisa nas ciências sociais.

Em nossa área, é comum tratar a teoria e a metodologia como áreas separadas. Didaticamente, pode-se justificar com muitos argumentos o oferecimento de disciplinas isoladas dedicadas a uma e à outra nos cursos universitários. De qualquer modo, considero empobrecedor reduzir a metodologia ao estudo de técnicas de coletas de dados e de análise empírica, já que o método se refere radicalmente ao desenvolvimento e uso de teorias. O mais adequado seria abordar a teorização como uma parte integrante da metodologia, ainda mais se compreendermos que qualquer observação empírica e conceitualização de fenômenos são impregnadas de teoria, sendo de crucial importância considerar em que medida isso é um processo consciente ou inconsciente (Cf. SAYER, 1992). A competência de um cientista é avaliada em termos de sua capacidade de analisar, desenvolver uma linguagem teórica e utilizá-la na análise empírica.

Há ainda outra razão pela qual o método e a teoria não deveriam ser tratados como dois elementos separados nas ciências sociais. O valor dos diferentes métodos depende de como definimos teoricamente nossos objetos de pesquisa. Devemos perguntar para nós mesmos *o que* vamos pesquisar antes de estabelecer como vamos proceder. Nessa primeira tarefa, a conceitualização, a teoria, são elementos de importância definidora.

Para ajudar na integração prática da teorização e da metodologia, discutimos inicialmente o que vem a ser uma teoria; depois, focalizamos os conceitos, para finalizar com uma seção na qual descrevemos diferentes ma-

neiras de relacionar teoria e pesquisa empírica.

1. TRÊS PERSPECTIVAS A RESPEITO DA TEORIA E DA OBSERVAÇÃO

Duas visões sobre as relações entre teoria e observação empírica têm se firmado nas ciências sociais. De um lado, como uma herança da tradição positivista, temos a concepção de que a teoria tem o papel de explicar e prever fatos (Cf. SAYER, 1992). As teorias devem apresentar hipóteses sobre relações observáveis entre eventos/fenômenos. A validade de uma teoria é avaliada nos testes empíricos.

De outro lado, encontramos a concepção de teorias enquanto constructos intelectuais que estabelecem em termos conceituais relações imaginadas entre eventos/fenômenos. Sendo assim, elas nunca poderiam ser submetidas a testes empíricos decisivos, já que não haveria fatos independentes de teorias, em relação aos quais elas pudessem ser testadas. Aqui é significativa a inspiração nos estudos kuhnianos da história das ciências, segundo os quais sempre entendemos a realidade – e construímos nossos dados – com referência a quadros teóricos que tomamos como dados. Daí, as teorias não devem ser consideradas em suas falsidade ou verdade, mas em sua utilidade.

O realismo crítico representa uma terceira posição em relação a esses dois polos que se opõem, sendo os seguintes seus principais elementos argumentativos:

1 . Nunca podemos entender, analisar ou categorizar a realidade sem usar uma linguagem teórica conceitual.

2 . Essa conceituação teórica não é estática, mas dinâmica.

3 . O desenvolvimento dessas linguagens teóricas conceituais pressupõe uma realidade independente dessas;

4 . A relação entre teorias/conceituações teóricas e as propriedades ou objetos aos quais elas se referem não são unívocas nem simples; nem arbitrárias. Todas as descrições teóricas são falíveis, mas não igualmente falíveis.

5 . Teorias e conceituações teóricas são desenvolvidas em relação às experiências que obtemos quando as usamos para entender a realidade.

(cf. VANDENBERGUE, 2010; BHASKAR, 1975-1978; 1986; 1989)

A teorização e o desenvolvimento de conceitos têm um papel chave na prática científica. Em grande medida, os objetos das ciências sociais são construídos a partir de situações sociais, relações, processos e estruturas que nunca aparecem enquanto fatos dados ou algo diretamente observável. Relações sociais e estruturas só podem ser entendidas de modo científico pela mediação de conceitos. A concepção de que nosso conhecimento é construído pela coleta de dados e realização de *surveys* implica em duas reduções essenciais: a primeira, a de que nosso conhecimento da realidade social é igual ao conhecimento de eventos; a segunda, a de que esse conhecimento é limitado à observação empírica desses eventos. Recorrente

O desenvolvimento do conhecimento pressupõe o desenvolvimento da linguagem que usamos para entender e explicar a realidade social, isto é, nossos conceitos. O desenvolvimento de teorias e conceitos não é somente um meio para aperfeiçoar estudos empíricos, mas também um objetivo das ciências sociais na direção do entendimento dos mecanismos e estruturas sociais básicos. Agora, as teorias

devem ser estudadas sem dogmatismo: elas são fálveis e dinâmicas e estão em competição entre si.

O método científico é essencialmente uma questão de colocar em relação diferentes níveis de abstração. As teorias são abstrações que não podem nunca ser colocadas em teste contra fatos objetivos pela simples razão de que esses fatos são neles mesmos teoricamente construídos. Se nossas observações pretendem ser significativas, necessitamos de uma linguagem comum. A própria prática científica implica em um esforço de construção de uma consciência o mais clara possível da linguagem teórica da ciência, o que se desdobra na necessidade de enfrentar as questões semânticas, ontológicas, avaliativas e teleológicas referentes a termos e conceitos empregados nos comentários dos pesquisadores a respeito dos fenômenos que analisam (cf. ABEND, 2008).

As teorias são construções intelectuais, mas não totalmente arbitrárias, na medida em que são escolhidas e utilizadas sob a força epistemológica dos vetores advindos do mundo extra-científico. Elas se referem a substratos e experiências da realidade concreta. A habilidade de circular entre a teorização e a observação empírica, sem cair nas tentações da teorização arbitrária nem da observação míope é o desafio central do procedimento científico apropriado.

2. O QUE É UMA TEORIA?

Diferentes tradições metateóricas produziram diversos significados para a palavra

teoria¹. Seguindo Morrow & Brown (1994: 45-50), apresentamos inicialmente 3 tipos de teorias e suas definições básicas:

1 . *Metateorias* – aquelas que se referem aos fundamentos da ciência. O realismo em suas várias correntes, a fenomenologia, a hermenêutica e o(s) positivismo(s) são metateorias, fundamentadas em ontologias e epistemologias diferentes.

2 . *Teorias normativas* – se referem à linguagem e argumentos teóricos que examinam bem como dão suporte a ideias a respeito de como algo deve ser. Pode ser um conjunto de conceitos e argumentos focalizando questões morais, políticas ou ideológicas.

3 . *Teorias descritivas* – aquelas capazes de descrever e caracterizar propriedades, estruturas, relações internas e mecanismos subjacentes, sugerindo como devemos interpretar e explicar diferentes fenômenos sociais. Podemos distinguir as teorias descritivas específicas, referidas a fenômenos específicos, como por exemplo, desemprego, segregação residencial, assentamentos rurais, fracasso escolar, consumo de drogas, etc.; das teorias descritivas gerais, referidas a aspectos mais abrangentes da sociedade, tais como as interações sociais, as políticas identitárias, os movimentos sociais, o consumo, a violência e a criminalidade, o desenvolvimento, etc. As teorias da dramaturgia social, de Goffman; a teoria das interações simbólicas, de Mead; a teoria do habitus e do campo, de Bourdieu, são alguns exemplos de teorias descritivas gerais.

1. Gabriel Abend, no seu artigo *The Meaning of "Theory"* (publicado em *Sociological Theory*, N° 26, 2008), apresenta sete diferentes significados para o termo "teoria", chamando a atenção para a necessidade de enfrentar a dubiedade que cerca seu uso.

Um desdobramento indicado por Sayer (1992) é a distinção entre teoria enquanto quadro de *referência ordenador* e enquanto *conceitualização*. O primeiro tipo teria como função regular a relação entre as observações (ou dados) cujo significado é visto como não problemático, sendo a teoria apresentada como modelos formalizados, os quais apontam as variáveis incluídas na teorização e a relação entre elas. As relações quantitativas (estatísticas) entre diferentes condições empiricamente mensuráveis são estudadas com base nesses modelos. Uma análise causal se divide em duas partes, sendo a primeira teórica e a segunda empírica. Na fase da teoria são definidas as ideais sobre as relações causais através de um modelo que estabelece quais as variáveis relevantes para a compreensão do fenômeno e as relações entre elas.

Em outro estilo de fazer ciência, a teoria funciona principalmente como instrumento no processo de conceitualização dos fenômenos, dos mecanismos a eles subjacentes e das relações internas entre os elementos que os constituem. Nessa acepção, teoria é uma configuração de conceitos interrelacionados (cf. JENSEN, 1991), que serve como ponto de partida para redescrever e significar eventos, fenômenos estudados, contribuindo para responder questões referentes às razões de um fenômeno ser o que o ele é.

Em termos positivistas, uma teoria consiste num conjunto de afirmações gerais as quais expressam as relações regulares entre características dadas e fenômenos, com *status* preditivo. Para os realistas críticos, uma teoria é uma descrição de estruturas e mecanismos que geram de modo causal os fenômenos estudados, habilitando os cientistas a explicá-los.

Com base no exposto acima, resumimos

nossa resposta a respeito do que é uma teoria nos seguintes 5 pontos:

- 1 . Uma teoria é uma linguagem, indispensável à ciência;
- 2 . A linguagem teórica implica em interpretações de fenômenos sociais.
- 3 . Elas servem para explicar fenômenos, envolvendo sempre conceitualização de mecanismos causais;
- 4 . Teorias são abstrações e descrevem fenômenos com referência a certos aspectos e determinadas maneiras de interrelacioná-los;
- 5 . As teorias podem ser metateóricas, normativas ou descritivas de modo geral e específico.

3. CONCEITOS TEÓRICOS

As teorias nas ciências sociais constroem conceitos e relações entre conceitos. Os conceitos se referem a corpos de conhecimentos e determinados significados. A relação entre termos e conceitos é arbitrária, não natural. Essa relação é determinada por acordos linguísticos e culturais, e aqueles feitos nas comunidades de cientistas, os quais podem mudar ao longo do tempo. Muitos termos têm o mesmo significado. Linguagens diferentes podem ser usadas para falar da mesma coisa. Pensando a relação entre Línguas, por exemplo, o termo que em Alemão é *Entfremdung*, em Português é *alienação*, ambos remetendo ao mesmo conceito e em última instância, ao mesmo fenômeno, mesmo que possamos pensar nas eventuais especificidades e nuances que as descrições vocabulares apontam e mesmo nas variações culturais em torno do fenômeno nomeado pelos termos citados.

Os conceitos são criados através de relações (cf. SAUSSURE, 1966), basicamente as de oposição. Ao desenvolvermos conceitos na ciência o fazemos por diferenciação, separação e especificando os sentidos dele, colocando-os em relação. Com os conceitos pretendemos descrever qualidades em relação a outras qualidades, de uma maneira a nos permitir um conhecimento mais profundo dos fenômenos sociais.

Um exemplo de tipo clássico de operação básica de conceituação é o esquema tripartite da dialética hegeliano-marxista, que supõe um conceito-tese; outro oposto, o conceito antítese e um conceito integrativo de elementos dos dois citados, o conceito-síntese. Um exemplo desse tipo de operação é o conceito-síntese de *estruturação*, elaborado por Giddens, resultante integrativo da oposição entre os conceitos de agência e estrutura.

Os conceitos definem, distinguem e discernem algumas propriedades e devem contribuir para discernir as propriedades que são decisivas para fenômenos sociais, instituições, relações e processos serem o que são e não algo qualitativamente diferente. (cf. SAYER, 1992, p. 82). É muito importante diferenciar os conceitos das categorias empíricas. Os conceitos distinguem mecanismos e estruturas, enquanto as categorias empíricas servem para dividir a realidade em diferentes tipos de eventos e características empíricas.

A escolha de conceitos, portanto, ao invés de ser perfeitamente arbitrária, dependerá também da eficácia explicativa deles para a explicação do fenômeno que escolhemos como objeto de nossa pesquisa, o qual, de certo modo, delimita o conjunto de opções em cujo âmbito nosso arbítrio de pesquisadores será exercido. Essa eficácia é julgada no teste empírico dos

conceitos enquanto ferramentas explicativas.

Um elemento importante na conceitualização são as metáforas, analogias que conduzem o significado de uma coisa familiar para outra não familiar (cf. BERGER, 1982, p. 32), facilitando o entendimento do desconhecido. As metáforas elucidam propriedades através de ilustrações e comparações, sendo maneiras de definir aspectos de um fenômeno. Vejamos abaixo exemplos de poderosas metáforas nas ciências sociais:

- O Funcionalismo consagrou a metáfora do organismo na explicação do funcionamento das instituições sociais;
- O Marxismo instituiu várias metáforas, dentre as quais podemos destacar a da sociedade como formada por uma infraestrutura e pela superestrutura;
- Bourdieu utilizou a metáfora do mercado, do capital e do campo para explicar o funcionamento das sociedades contemporâneas;
- Weber marcou a análise da modernidade com a metáfora da jaula de ferro, para descrever as características do processo inescapável de racionalização da vida social.
- Goffman descreveu as interações sociais cotidianas em termos da metáfora da dramaturgia social.

Tanto os conceitos quanto as metáforas podem ser utilizadas para a análise dos fenômenos sociais, com a ressalva de que as segundas não podem ser revisadas, transformadas como podem ser os primeiros.

4. O USO DAS TEORIAS NA PRÁTICA CIENTÍFICA: A ANÁLISE TEÓRICA E A PES-

QUISA EMPÍRICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Artigos e outros textos científicos podem ter finalidades formuladas de modos diferentes: *nosso objetivo é testar a teoria n*; *o material empírico contribuirá para elucidar a teoria n*; *nossa pretensão é interpretar o material empírico à luz da teoria n*; *nosso objetivo é desenvolver conceitos teóricos a partir do material empírico, etc.* Como vemos, as teorias podem ser usadas de várias maneiras na prática científica.

A linha dos positivistas estabeleceram critérios para o teste de teorias à luz de dados empíricos, usando a lógica hipotético-dedutiva. O paradigma da interpretação – a sociologia compreensiva, a fenomenologia, o interacionismo simbólico, a etnometodologia e a abordagem etnográfica – operacionaliza a teoria enquanto quadros de referência interpretativos, sendo também de grande importância nessas correntes o uso frequente de estratégias indutivistas para gerar teorias a partir de dados empíricos. Na corrente da Teoria Crítica, as teorias funcionam como pontos de partidas para a reflexão e interpretação de problemas contemporâneos.

Sobre a relação entre a teoria e a pesquisa empírica, dois textos são clássicos, ambos lançados em 1967, representando duas principais tradições referentes à abordagem da pesquisa: *Sobre as teorias sociológicas de médio alcance*, de Robert K. Merton (1967); e *A descoberta das teorias geradas a partir de dados empíricos*, de Barney Glaser & Anselm Strauss (1967). Eles de certo modo se enfrentam a respeito de como a teorização deve se relacionar com a prática da pesquisa empírica. Para cumprir nossa proposta de discutir justamente essa relação, passamos a apresentar com mais detalhes essas duas

abordagens.

5. AS TEORIAS DE MÉDIO ALCANCE (TMA): A VERIFICAÇÃO DE PROPOSIÇÕES TEÓRICAS ATRAVÉS DOS DADOS EMPÍRICOS

Na discussão do papel desempenhado pela teoria na prática da pesquisa social científica, é fundamental a proposta das teorias de médio alcance elaborada por Merton (1967), a partir de uma crítica às teorias supergeneralistas, que pretendem explicar tudo, bem como ao reducionismo da sociológica puramente empírica, preocupada nos testes estatísticos de hipóteses sem nenhuma conexão com a teorização.

Para Merton, as teorias de médio alcance teriam como finalidade fazer uma ponte entre, de um lado, a teorização e as metodologias específicas, e do outro, as observações empíricas. A intenção de Merton era *corrigir* a impossibilidade de teste das *grandes teorias*, a partir da focalização de alguns traços fundamentais da teorização desejável. Um dos exemplos citados por Merton é sua própria *teoria da privação relativa*: as pessoas se veem de acordo com os seus grupos de referência. Assim, uma privação não é mesmo primariamente relacionada com quão substancial foi essa privação do ponto de vista objetivo, mas é significada de modo relacional, de acordo com a comparação que os indivíduos estabelecem entre sua situação e as dos outros que lhe servem de referência comparativa.

Mesmo apontando para os fenômenos no nível microssocial, Merton enfatiza que sua proposta de análise se refere ao teste de teorias referidas ao macrossocial. Ele cita como exemplos de *teorias de médio alcance* a da rela-

ção entre protestantismo e o *espírito/cultura* do capitalismo na Alemanha (Weber) e a do suicídio enquanto função do nível de coesão social (Durkheim).

De acordo com Merton e sua proposta de teorias de médio alcance (TMA), a teorização deve implicar em níveis desejáveis de abstração de modo a poder ser aplicada a fenômenos sociais diferentes, devendo também ser específica o suficiente para permitir testes à luz de dados empíricos (MERTON, 1967:39). Para ele, as TMA são constituídas de conjuntos limitados de afirmações a partir das quais hipóteses específicas podem ser logicamente derivadas e submetidas à investigação empírica (idem, p. 68).

Uma teoria tem dois elementos fundamentais: os conceitos e as relações entre eles. As variáveis seriam operacionalizações dos conceitos, indicadores nos quais o conceito se traduz, tais como *classe, nível de instrução, expectativas do papel social, etc.* As relações entre os conceitos devem ser passíveis de teste empírico, podendo ser estudadas em termos das relações quantitativas ou qualitativas entre variáveis. A observação empírica das relações entre conceitos/variáveis produzem a confirmação da teoria e o inverso, sua falsificação. Vejamos a seguir alguns estágios que a pesquisa destinada a testar teorias implica:

1. Uma teoria é vista como um sistema de proposições que gera hipóteses testáveis, através da dedução lógica. As teorias são referidas mais à abstração e as hipóteses à empiria. As teorias são testadas apenas indiretamente, pelo teste das hipóteses geradas a partir dela. [O EXEMPLO DA TEORIA DO *SUICÍDIO*, DE DURKHEIM]

2. Um importante estágio nas pesquisas que pretendem testar teorias é a sua operacionalização,

que é o processo de elaboração de hipóteses testáveis através da construção de indicadores que são usados na medição do que os conceitos que compõem a teoria expressam (tradução da linguagem teórica em linguagem observacional). Assim, as definições teóricas são traduzidas em definições operacionais dos conceitos.

[O EXEMPLO DOS ESTUDOS DE DURKHEIM SOBRE O *SUICÍDIO*]

3. Uma característica do método do teste empírico de teorias é que estas são testadas através da avaliação da relação quantitativa entre variáveis, o que permite a mensuração e a análise estatística. Tomemos por exemplo a seguinte afirmação teórica: *Quanto mais alto o status de indivíduos brancos, mais baixo o seu preconceito em relação a negros.* Os conceitos centrais envolvidos na afirmação teórica podem ser traduzidos em variáveis, as quais podem adotar valores numéricos, os quais podem ser hierarquizados e quantificados, buscando-se as relações de causalidade traduzidas em regularidades empíricas. [O EXEMPLO DO *SUICÍDIO*, DE DURKHEIM]

4. Nunca o teste empírico de teorias pode se basear apenas na correlação entre duas variáveis. Como toda teoria envolve a construção de relações de causalidade, ela deve orientar o que será considerado como variáveis relevantes na construção da explicação causal, funcionando como um quadro de referência para a interpretação do fenômeno a ser explicado.

Para sintetizar as consequências da abordagem teórica a partir da inspiração mertoni-ana das teorias de médio alcance, podemos dizer que os principais elementos dessa abordagem da pesquisa são os métodos quantitativos e a argumentação lógica que se constrói para relacionar a teoria às hipóteses testáveis e estas

aos dados empíricos coletados. A relação entre teorização e a pesquisa empírica é uma questão de produzir deduções lógicas e de operacionalizar os conceitos em proposições/hipóteses para serem submetidas aos testes empíricos, à observação de correlações quantitativas e de regularidades.

6. TEORIAS GERADAS A PARTIR DOS DADOS EMPÍRICOS (GROUNDED THEORIES)

O centro dessa proposta de relação entre teoria e pesquisa, elaborada inicialmente por Glaser & Strauss (1967), é o caráter indutivo e a ênfase no aspecto qualitativo da geração de teorias, somado a um conjunto específico de procedimentos e sugestões metodológicas para fazer da teorização a partir da empiria uma prática sistemática e racionalizada.

O termo indutivo aqui significa que a pesquisa que resultará na produção de teorização começa com estudos detalhados de fenômenos empíricos, os quais progressivamente produzirão conceituações, explicações – teoria – fundamentadas nos dados. De acordo com seus idealizadores, essas teorias devem servir aos pesquisadores e aos sujeitos envolvidos nas práticas sociais pesquisadas, sendo sua capacidade explicativa e a utilidade os critérios definidores de seu valor heurístico.

A ideia é que a teoria deve combinar com os dados e não o contrário, como vimos na proposta de relação entre teoria e pesquisa baseada no teste de hipóteses observacionais dedutivamente geradas. Ao invés de partir de construtos teóricos pré-definidos, o pesquisador desenvolve conceitos e categorias que se relacionam, expressam e explicam o fenômeno estudado. Mesmo reconhecendo a impossi-

bilidade de nos livrarmos completamente dos conhecimentos acumulados, Glaser & Strauss (1967) propõem que o pesquisador escute a voz dos dados, esforçando-se para não se prender a interpretações derivadas de conceitos já definidos. Essa abertura para o objeto teria a vantagem de inclusive permitir a avaliação da propriedade e a adequabilidade de eventuais conceituações já existentes, contribuindo para o não fechamento comum a abordagens monoteóricas e monometodológicas.

Outro aspecto destacado pelos fundadores dessa perspectiva nas ciências sociais é a densidade. Uma teoria gerada a partir dos dados deve ser densa, isto é, capaz de integrar múltiplos dados advindos de diferentes situações analisadas e de explicar vários contextos empíricos. Aqui, junto com o caráter abstrato, que permite a abordagem de situações empíricas variadas, a proximidade com a empiria é enfatizada, contra a produção de teorias excessivamente abstratas, sem conteúdo empírico consistente. Segundo Glaser (1978), é a capacidade de se basear nos dados, e, principalmente de transcendê-los, que permite a produção de teorizações e interpretações que ajudarão no entendimento de outros eventos apenas aparentemente separados.

7. ALGUNS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS CENTRAIS

Os fundadores da *Grounded Theory*, ou teorização baseada em dados, questionam o processo dedutivo enquanto mecanismo gerador de teorias. Para eles, a produção de teorias é um resultado do processo de pesquisa, da adoção de alguns procedimentos de maneira sistemática e rigorosa:

1 . **Codificação substantiva** – a criação de categorias para discernir e classificar propriedades comuns nas situações empíricas analisadas, também definida como conceitualização, é realizada sempre com base no exame exaustivo e em uma cuidadosa análise dos dados coletados. Através da codificação substantiva, da atribuição de códigos, de conceitos às características observadas, é atribuído significado aos dados, preparando-se o caminho para a codificação teórica (cf. GLASER, 1978).

2 . **Codificação teórica** – a colocação dos códigos substantivos, dos conceitos em inter-relação.

Glaser (1978) sugere as famílias de codificação, que seriam possibilidades de relação entre conceitos substantivos, dentre as quais apresentamos a seguir as principais, no que se refere à geração de teorias nas ciências sociais:

• **Causalidade, consequências e condicionantes**

Esse é o primeiro código abrangente que se deve ter em mente na codificação teórica. As relações entre as diversas elementos das situações empíricas são estabelecidas em termos de encadeamentos causais e suas consequências. Usam-se diferentes expressões codificadoras tais como *isso causa, isso leva a, isto depende de, isso se segue de, isto é um efeito de*.

• **Processo**

Aqui, as relações entre os elementos das situações empíricas estudadas são codificados em termos de *estágios, passos, fases, cursos de eventos, modos de transições*, sempre em referência à linha da temporalidade, sendo levadas em conta as relações de causalidade já codificadas.

• **Dimensões**

Neste tipo de codificação, os elementos das situações empíricas estudadas são considerados

em termos de escalas, níveis, escopos, partes, setores, aspectos.

• **Estratégias e motivos para a ação**

Ao estudar práticas de atores sociais, esse tipo de codificação as classifica em termos das relações entre *motivos e comportamentos e meios e fins*. Expressões que podem ser usadas são, por exemplo, *objetivando, isso é uma estratégia para, isso foi motivado por*.

8. A DINSTINÇÃO ENTRE CODIFICAÇÃO ABERTA E CODIFICAÇÃO SELETIVA

Os fundadores da *teorização com base nos dados* chamam de **codificação aberta** aquela que é feita pelo pesquisador que aborda os dados sem nenhum conceito ou concepção pré-definidos. O objetivo é criar conceitos que deem significado aos dados, e categorias que coloquem os conceitos em relação num nível mais abstrato de pensamento. Essa codificação exige um trabalho minucioso de análise dos dados, tendo como **primeiro passo** transformar o material em sentenças ou parágrafos e classificar os diferentes incidentes, elementos, concepções, ideias, dando-lhes nomes que indiquem o que eles representam; o **segundo passo** é desenvolver categorias que integrem diferentes conceitos que parecem descrever o mesmo tipo de fenômeno. Cada categoria se transforma em um novo conceito, porém em um nível mais alto de abstração. O conteúdo qualitativo da categoria é então desenvolvido, à medida que o pesquisador identifica a partir do material as diferentes propriedades que caracterizam aquela categoria (cf. STRAUSS & CORBIN, 1990).

Os dados não falam por si mesmos. É tarefa do pesquisador definir estratégias para a

produção de conceitos e categorias. Isso envolve a habilidade para um constante questionamento do material coletado e a capacidade de comparar, distinguir e nomear, o que deve ser exercitado continuamente no processo de elaboração da codificação.

A **codificação seletiva** é definida como um processo secundário, focalizado na integração das categorias produzidas na codificação aberta numa teoria (cf. STRAUSS & CORBIN, 1990). Essa codificação se concentra na tarefa de estabelecer quais as categorias centrais para o entendimento de um determinado fenômeno. O trabalho de análise dos dados já recolhidos e os eventuais esforços de coleta de novos dados e de realização de outros estudos de casos nesse momento se encontram delimitados pelo objetivo de desenvolver uma teorização que resulte no estabelecimento de algumas relações como mais fundamentais, mais determinadoras do que outras.

Desse modo, os proponentes da *teorização com base nos dados (grounded theory)* defendem uma interação flexível entre a codificação/análise, a amostragem e a coleta de dados, a qual deve permitir, em cada novo encontro com a situação empírica, a elaboração e refinamento de conceitos e teorias. Como um resultado das questões suscitadas na análise são feitas novas amostragens, o que eles chamam de **amostragem teórica**, já que se destinam a responder a seguinte questão: *que outras pessoas, casos ou situações precisamos examinar para aperfeiçoar e fundamentar os conceitos da teoria emergente?* O processo de codificação e de amostragem deve continuar até se chegar ao saturamento da teoria, quando os novos casos e análises não produzem mais conhecimento relevante e as relações entre eles já estão suficientemente fundamentadas nos dados.

9. TEORIAS SUBSTANTIVAS E TEORIAS FORMAIS

Glaser & Strauss (1967) definem as teorias substantivas como aquelas desenvolvidas sobre uma área temática definida, como por exemplo, as teorias sobre movimentos sociais, desemprego, a influência da religião na esfera política, *etc.* Já as teorias formais são mais abstratas e se aplicam a espectros mais amplos de fenômenos, tais como as teorias da ideologia, da socialização, do estigma, da dominação, do capital simbólico, dentre outras.

10. O SIGNIFICADO DAS TEORIAS GERAIS

Nossa realidade de produção científica tem consagrado uma divisão de trabalho que separa aqueles que se dedicam ao desenvolvimento e à análise de teorias e aqueles que se especializam na pesquisa empírica. De modo particularmente determinante, a posição que ocupamos no campo de produção intelectual global e nacional restringe nossas chances de ter legitimados nossos esforços e interesses de teorização - na medida em que historicamente o preço de nossas falas e discursos (teóricos) no mercado é baixo (cf. BOURDIEU, 2006) - e nos direciona para a desautorização em termos da produção na área da teoria social. Nossa cultura acadêmica nos produz enquanto receptores de teorias e não como produtores de teorias.

Nossa posição é de questionamento desses lugares historicamente construídos, considerando crucial o investimento pedagógico no sentido de que a divisão citada seja superada e proporcionemos uma formação acadêmica que integre a teorização e a pesquisa empírica

enquanto atividades para todos os cientistas sociais.

Particularmente entre estudantes das áreas de sociologia e antropologia temos observado uma atitude de resistência ao estudo e investimento na teoria, determinada principalmente por dois fatores: de um lado, o pragmatismo dominante no senso comum, que se revela na fórmula logo verbalizada em ocasiões em que se avalia o que é feito na área das ciências sociais: *o curso de vocês é muito teórico*. A situação enfrentada pelos que fazem parte dessas áreas é a de precisar defender a importância de algo que na nossa cultura tende a ser visto *como complicado, entediante* e acima de tudo, de utilidade duvidosa. Uma estratégia interessante para reagir a isso é o investimento na compreensão da teorização como uma prática, talvez nossa mais importante prática constitutiva.

O segundo fator que produz essa atitude de rejeição à teoria é a estrutura dos currículos e do próprio ambiente acadêmico em que nos movemos, marcado pela divisão disciplinar e mesmo em relação à classificação dos professores, entre a formação teórica e a formação na área da metodologia, como já citado no começo dessa seção.

As próprias estratégias de relação entre teoria e pesquisa empírica discutidas acima contêm elementos de rejeição relativa da teorização. A proposta mertoniana das teorias de médio alcance, em sua demanda por testabilidade empírica, implica numa certa negatização das teorias mais gerais em sua relação com a prática da pesquisa.

De modo semelhante, a alternativa das teorias geradas a partir de dados (as *grounded theories*), em sua proposta de epistemologia empiricista, contém um viés anti-teórico em

sua ênfase na priorização da codificação e classificação de dados, na ideia de que os conceitos devem emergir dos dados. É claro que isso pode ser visto como um caminho para a produção de teorias, mas é também possível sentir uma certa atitude de desconfiança em relação às teorias já produzidas, o que impede de enxergá-las produtivamente não enquanto camisas de força, limitadores da prática de pesquisa, mas enquanto recursos para nosso encontro com os fenômenos.

Nossa posição é a do reconhecimento inarredável das teorias em seu caráter de ferramentas para nossas pesquisas e comentários sobre o mundo. No caso das teorias gerais, pensamos que elas podem ser definidas pelo menos de 3 maneiras:

- 1 . Como teorias que abrangem processos sociais no nível macro social – como por exemplo a do Capitalismo, de Marx; a da racionalização, de Weber; a da colonização do mundo da vida pelo sistema, de Habermas (cf. LAYDER, 1998).
- 2 . Como teorias que se propõem a explicar processos de vários tipos, de modo sistêmico, já que são propostos em termos de mecanismos e categorias presentes na totalidade do sistema social – o exemplo mais citado é o teoria de Parsons (cf. MERTON, 1967).
- 3 . Como teorias que desenvolvem conceitos que podem tornar visíveis propriedades sociais fundamentais, estruturas e mecanismos subjacentes aos processos sociais em geral – exemplos: a teoria do *estigma*, de Goffman; a do *habitus*, de Bourdieu; a dos *atos comunicativos*, de Habermas.

Pensando no nosso objetivo maior neste texto que é o de discutir como articular a teo-

ria e a pesquisa, reafirmamos nossa visão das teorias gerais enquanto instrumentos/recursos/ferramentas. Representando maneiras próprias de enxergar o mundo social, as teorias sociais fornecem conjuntos válidos de conceitos gerais que podem ser usados para formular, inspirar e *disparar* questões sobre situações concretas particulares que despertam o interesse explicativo do pesquisador. Essas teorias também oferecem explicações gerais sobre os fenômenos sociais, em termos de revelação do caráter estrutural e dos mecanismos subjacentes ao funcionamento das várias áreas da vida social, fornecendo indicações de tendências de certo modo previsíveis em cuja referência os cursos dos fenômenos estudados podem ser efetivamente comparados e analisados.

Para usar teorias em seu caráter de ferramentas/instrumentos/recursos para a prática da pesquisa e análise dos fenômenos sociais, é necessário adquirir competência para a participação na discussão teórica. Imaginemos que somos enquanto estudantes iniciantes e pesquisadores profissionais colocados em presença de uma conversação que nos precede e em cujos limites nos movemos (ao menos inicialmente) sobre matrizes de construção teórica, o que envolve a discussão sobre temas clássicos da epistemologia, bem como o questionamento das diversas maneiras de relacionar teoria e prática da pesquisa científica. A condição básica para uma participação interessante e útil nessa ampla conversação é o conhecimento das teorias centrais do campo de atuação, de seus conceitos fundamentais e dos seus pontos de tensão mais importantes. Nesse processo de preparação para nossa inserção na grande conversação teórica que nos precede, sugerimos algumas questões com as quais devemos aprender a lidar, primeiro em relação aos conceitos, que são

simultaneamente matéria-prima e os produtos principais das teorias, no sentido de desenvolver a habilidade de manuseá-los com clareza e de modo produtivo:

1. Quais os referentes empíricos das ideias representadas nesse conceito?
2. Como esse conceito se integra no contexto mais geral da teoria?
3. Como o significado desse conceito difere nas várias teorias reconhecidas na discussão do fenômeno em discussão?
4. Como esse conceito se diferencia de outros que se referem ao mesmo fenômeno (como por exemplo, o conceito de discurso em relação ao de *práticas discursivas* e ao de *atos comunicativos*).

Para nossa relação com as teorias, as seguintes questões podem ser relevantes:

1. Qual a matriz epistemológica dessa teoria?
2. Qual a matriz filosófica dessa teoria, quem são seus principais inspiradores?
3. Em que contexto essa teoria foi elaborada e o que ela se propõe a explicar?
4. Que evidências são apresentadas para as explicações produzidas por essa teoria?
5. Há pontos obscuros, inconsistentes ou contraditórios na argumentação que a teoria apresenta?
6. Quais as fronteiras dessa teoria, seus pontos que apontam para a necessidade de desenvolvimento, de reelaboração?
7. Como essa teoria se diferencia de outras que se propõem a explicar os mesmos fenômenos ou outros aproximados?
8. Em que medida essa teoria pode ser integrada com outra para possibilitar o entendimento mais claro do fenômeno estudado?

11. O USO DA TEORIA NA FORMULAÇÃO DE PROBLEMAS DE PESQUISA

O uso das teorias na pesquisa empírica começa desde a formulação do problema e se estende até os processos de interpretação e de explicação dos fenômenos.

A atividade científica depende da habilidade que os pesquisadores têm para formular problemas relevantes, produtivos e de alto grau de *estudabilidade*². Em grande medida as monografias, dissertações, teses e mesmo artigos e comunicações são testes dessa habilidade para a qual as perspectivas teóricas gerais, os conceitos e as relações entre eles são indispensáveis, contribuindo para a formulação de questões *disparativas*³ e apaixonantes. É o conhecimento de teorias e a habilidade em manuseá-las enquanto ferramentas para olhar os fenômenos, aliados à sensibilidade relativa à percepção dos fenômenos empíricos, que podem nos ajudar a construir questionamentos capazes de gerar a pesquisa científica nas ciências sociais.

No exercício de nosso ofício de cientistas/pesquisadores, é preciso saber distinguir entre problemas científicos e problemas para gestores, políticos, para grupos de indivíduos, ou aqueles apresentados como problemas sociais nos meios de comunicação. Os problemas reais podem ser pontos de partida para a formulação de problemas científicos, desde que sejam mobilizadas perspectivas teóricas, epistemológicas e metodológicas. É o aporte desses elementos

metaempíricos que possibilitam a construção da indagação e pesquisa científicas, na medida em que eles permitem a construção de uma sintaxe diferenciada daquela dos políticos, dos indivíduos comuns, dos meios de comunicação.

A teoria nos ajuda na ruptura, por um lado, com a generalidade; e por outro, com a superficialidade, ajudando-nos a elaborar o recorte do fenômeno a ser estudado em termos de profundidade e precisão. Os problemas científicos não se limitam aos aspectos empíricos dos eventos. Eles podem se referir também a aspectos, dimensões e mecanismos a eles relacionados. Os recortes nesse sentido podem ser construídos justamente em referência a diferentes teorias, com a mediação da linguagem científica. Alguém pode, por exemplo, estudar *o movimento dos sem-terra* ou algumas dimensões dos movimentos sociais em geral, tais como *a produção ideológica, a legitimidade, as formas simbólicas mobilizadas pelo movimento para construir narrativas sobre si mesmo, os mecanismos de hierarquização interna, a articulação com partidos políticos, etc.* Se escolhermos estudar, por exemplo, as estruturas de legitimação, temos um leque de possibilidades teóricas às quais podemos recorrer, cabendo a cada pesquisador, de acordo com seus interesses e justificações, escolher a perspectiva teórica a ser adotada.

Outra função da teoria na formulação de problemas científicos é mediar a referência da abordagem específica ao conhecimento

2. Definimos essa variável em termos do potencial de mobilizar esforço intelectual que um problema de pesquisa tem. Questões de pesquisa que implicam respostas em termos de “sim” ou “não”, que apontem para o já respondido (o problema da obviedade), que geram pouco interesse dos pesquisadores e dos atores envolvidos direta ou indiretamente nos fenômenos problematizados, bem como aqueles que se referem à ação de gestores e não à de pesquisadores, por exemplo, possuem baixo grau de estudabilidade.

3. No sentido deleuziano/guattariano, que se refere originalmente à produção de conceitos, atividade primeira dos filósofos (cf. DELEUZE & GUATTARI, 2006).

mais geral, articulando fenômenos particulares a condições históricas, sociais e culturais mais amplas. Elias (2008), Mills (1965), Bauman & May (2010) chamam a atenção da estratégia sociologizante de colocar os fenômenos a serem entendidos em relação com o tempo, o espaço e a cultura, o que possibilita a relativização em relação a práticas classificadas como normais e naturalizadas.

Vale lembrar que em toda construção de objeto de estudo científico podemos articular e recorrer às teorias gerais e às teorias focalizadas no fenômeno empírico a ser analisado. Se você não encontra teorias específicas sobre o que está querendo estudar, pode ser um indicativo de que você precisa adotar um nível mais alto de abstração teórica ou na construção do seu objeto, pensando em termos de dimensões e mecanismos subjacentes aos fenômenos empíricos.

Um enfrentamento apropriado do desafio de integrar todas as partes da pesquisa é uma característica dos melhores cientistas sociais e nisso a teoria é fundamental, começando com a construção da relação estreita entre as contribuições das teorias com as questões de pesquisa específicas e indo até a parte relativa às conclusões, na qual é importante voltar à teoria e explicitar como os resultados do estudo realizado se colocam em presença das teorizações já existentes.

12. O USO DAS TEORIAS COMO QUADROS DE REFERÊNCIA PARA A INTERPRETAÇÃO E COMO FERRAMENTA NA CONSTRUÇÃO DA EXPLICAÇÃO DO FENÔMENO

Insistimos que as teorias são ferramentas que podem nos ajudar a ver e interpretar cam-

pos sociais específicos, apontando para fenômenos importantes, elementos e propriedades constituintes dos fenômenos concretos, eventos, estruturas, suas conexões e efeitos, além de contribuir para a construção de explicações, as quais às vezes podem permitir algum grau de previsibilidade a respeito de processos sociais. Elas também nos ajudam a entender como a vida social é estruturada, abrindo portas para a compreensão dos mecanismos subjacentes ao que observamos na superfície das práticas e instituições sociais.

Como quadros de referências, as teorias sociais gerais oferecem um conjunto de afirmações fundamentais sobre a sociedade, as quais funcionam como argumentos transfactuais, mas podem também inspirar a construção de hipóteses testáveis em contextos empíricos específicos.

A estruturação do uso das teorias nas pesquisas empíricas pode ser assim representada:

- 1 . Escolha de um fenômeno concreto (uma prática social, um texto, uma fotografia, um evento, uma estrutura, um conjunto de discursos, uma instituição, um processo, uma relação, etc.)
- 2 . Quais mecanismos, elementos, estruturas são fundamentais para que esse fenômeno concreto exista da maneira que observamos ele existir?
- 3 . Como as diversas teorias explicam, comentam, descrevem (ou descreveriam, tratando-se das teorias gerais não necessariamente dedicadas a explicar) o fenômeno concreto escolhido?

13. A VALIDAÇÃO DAS TEORIAS

Apresentamos anteriormente duas estratégias gerais de integração da teorização na

pesquisa científica, associadas às propostas denominadas de *Teorias de Médio Alcance* e *Teorias Fundamentadas nos Dados* (*Grounded Theories*). No primeiro caso, a validade da teoria depende da sua submissão a testes que avaliem a cogência lógica e a precisão na mensuração das relações entre variáveis dela derivadas. No segundo caso, a validação da teoria depende da fundamentação nos dados e do grau de saturação atingido.

A validade das teorias sociais gerais é avaliada pelo poder explicativo de suas afirmações fundamentais sobre o funcionamento da vida social, sua habilidade para conceituar mecanismos sociais fundamentais, além de sua consistência lógica. Enquanto quadros de referência interpretativa, sua validade é julgada em sua utilidade e capacidade de produzir novas maneiras de focalizar o fenômeno interpretado.

Um aspecto de grande importância é a atitude do pesquisador diante das teorias. Qualquer sacralização e dogmatização devem ser rejeitadas. Penso que as expressões que apontam para a indagação e declaração ontológica das nossas relações com as teorias (e seus autores) deveriam ser abolidas da sintaxe, do vocabulário acadêmico. Desse modo frases do tipo *O que você é? Eu sou* (quando referidas ao campo das escolhas que fazemos nas atividades teórico-analíticas) devem ser objetos de suspeita e de trabalho individual e coletivo, de modo a atacar a proliferação da prática inaceitável no campo da ciência de construir *igrejas, credos, dogmas*, do que Bourdieu chama de *senso comum erudito* (BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, 1999).

Os quadros de referência teóricos devem ser a todo tempo submetidos à análise crítica e ao debate científico intersubjetivo. Todas as teorizações têm pontos fortes e fracos. Mais

produtivo e interessante é aprender a julgar o potencial e os efeitos de cada teoria, de cada metodologia, de cada corrente epistemológica eventualmente utilizada sobre o desempenho de nossas tarefas de pesquisadores, comentadores, intérpretes e explicadores dos fenômenos sociais. Vejamos algumas questões úteis para balizar nossa reação diante das perspectivas teóricas disponíveis:

1. Em que medida podemos, a partir de dada contribuição teórica, compreender e explicar conexões e processos sobre os quais temos apenas concepções imprecisas?
2. Como a teoria em questão abala nossas certezas e as dos atores envolvidos nos fenômenos que queremos interpretar e explicar?
3. Qual o *potencial disparativo* da teoria considerada, sua capacidade de inspirar novos insights a respeito do fenômeno focalizado?
4. Quais aspectos ou elementos não podem ser explicados no âmbito de uma dada teoria?
5. Quais os limites de uma teoria em relação a outras disponíveis?
6. Quais os efeitos de adotar uma determinada teoria sobre o objeto de pesquisa (incluindo seus aspectos epistemológicos, ontológicos e metodológicos)?
7. Em que medida uma teoria pode ser combinada com outra(s) para aumentar a abrangência e profundidade da explicação, interpretação, comentários sobre o fenômeno estudado?

Finalmente, pensando sobre como usar o método e a teoria nessa tarefa talvez impossível, mas nem por isso menos desafiadora e apaixonante, de comentar e analisar o mundo social usando as regras históricas da comunidade científica de que fazemos parte, trago (e adapto) um conselho sábio de Roberto Motta

(in GUERRA, 2003, p.11) que recomenda segurarmos (usarmos) o método (e a teoria) *como se deve segurar um pássaro ou uma espada. Nem com força de menos, senão o pássaro voa e a espada cai, nem com força demais, senão o guerreiro perde a liberdade de movimentos e o pássaro morre sufocado, ou antes, sufoca aquele que pretende utilizá-los.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEND, Gabriel. *The meaning of 'Theory'*. In *Sociological Theory*, N° 26. Washington, D.C.: American Sociological Association, Junho de 2008.
- BAUMAN, Zygmunt & MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2010.
- BHASKAR, R. **A realist Theory of Science**. Brighton: Harvester, 1975-1978.
- BHASKAR, R. **Scientific Realism and Human Emancipation**. London: Verso, 1986.
- BHASKAR, R. **Reclaiming reality: a critical introduction to contemporary philosophy**. London: Verso, 1989.
- BERGER, Asa Arthur. **Media Analysis Techniques**. London: Sage, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*, in ORTIZ, Renato (org.) **A Sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 2003, pp.144-169.
- DELEUZE, Giles & GAUTTARI, Félix. *O que é a filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- GLASER, Barney & STRAUSS, Anselm. **The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research**. New York: Aldine, 1967.
- GLASER, Barney. **Theoretical Sensitivity**. Mill Valley: The Sociology Press, 1978.
- GUERRA, Lemuel Dourado. **Mercado Religioso no Brasil: competição, demanda e a dinâmica da esfera da religião**. João Pessoa: Ideia, 2003.
- JENSEN, Klaus Bruhn. *Introduction: the Qualitative Turn*, in K.B. Jensen & N. Jankowski (eds.) **A Handbook of Qualitative Methodologies for Mass Communication Research**. London, Routledge, 1991.
- LAYDER, Derek. **Sociological Practice: Linking Theory and Social Research**. London: Sage, 1998.
- MERTON, Robert King. **On Theoretical Sociology: Five Essays, Old and New**. New York: The Free Press, 1967.
- MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- MORROW, Raymond & BROWN, David. **Critical Theory and Methodology**. London: Sage, 1994.
- SAYER, Andrew. **Method in Social Sciences: a Realist Approach**. London: Routledge, 1992.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Course in General Linguistics**. New York: McGraw Hill, 1966.

STRAUSS, Anselm & CORBIN, Juliet. **Basics of Qualitative Research: Grounded Theory Procedures and Techniques**. London: Sage, 1990.

VANDENBERGUE, Frédéric. **Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2010.